



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Internacionais

Ano Letivo de 2021-2022

Unidade curricular

Direito Internacional Público/Public International Law (english version below)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Eduardo Correia Baptista (eduardobaptista@@fd.ul.pt) – 2 horas semanais

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A disciplina visa proporcionar conhecimentos aprofundados ao nível do Direito Internacional Público, particularmente sobre o Costume e as fontes jurídico-internacionais em geral, bem como formar competências interpretativas e de resolução de questões concretas neste âmbito. Simultaneamente, pretende-se desenvolver amplamente competências de investigação autónoma e críticas, tendo em vista preparar os mestrandos para os desafios científicos colocados pela elaboração de uma dissertação de mestrado. Privilegia-se uma análise concreta das questões, que passa pelo estudo da jurisprudência e prática internacional.

O tema no ano letivo de 2021-2022 serão as fontes em geral e o Costume em Direito Internacional Público.

Conteúdos programáticos

I Introdução

1. Preliminares.

- 1.1. Noção de Fonte.
- 1.2. O artigo 38 do ETIJ.
- 1.3. Equidade e a Decisão *ex aequo et bono*.

2. Hierarquia das fontes.

- 2.1. Conceito de hierarquia jurídica.
- 2.2. Superioridade hierárquica do Costume.

II O Costume

3. Introdução.

- 3.1. Relevância.
- 3.2. A noção dominante.
- 3.3. Costume e norma costumeira.
- 3.4. Natureza e Fundamento.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3.5. A interpretação das normas costumeiras.

4. A prática.

- 4.1. A teoria negadora da prática.
- 4.2. Pressupostos.
 - 4.2.1. Estadualidade.
 - 4.2.2. Publicidade.
- 4.3. Composição.
 - 4.3.1. As normas convencionais.
 - 4.3.2. Os atos unilaterais de conferências e de organizações internacionais.
- 4.4. Requisitos.
 - 4.4.1. Generalidade.
 - 4.4.1.1. Quantidade e qualidade dos Estados.
 - 4.4.1.2. A alegada regra do objeto persistente.
 - 4.4.2. Reiteração.
 - 4.4.3. Consistência.
 - 4.4.4. Interatividade e *opinio iuris*.
 - 4.4.4.1. A tese negadora da *opinio iuris*.
 - 4.4.4.2. Observações críticas à *opinio iuris*.

5. Modificação.

- 5.1. Por via de desenvolvimento.
- 5.2. Por via da adoção de atos coletivos contrários.
- 5.3. Por via da sua violação.

6. Cessação de vigência.

- 6.1. Inaplicabilidade do regime do Tratado.
- 6.2. Efeitos de um conflito armado no DIP costumeiro.

7. Espécies.

- 7.1. Universal e não universal.
 - 7.1.1. Regional.
 - 7.1.2. Local.
 - 7.1.3. Bilateral?
- 7.2. Imperativo, dispositivo e inderrogável.
 - 7.2.1. Critério distintivo.
 - 7.2.2. Obrigações *erga omnes* e bilaterais.
 - 7.2.3. Normas *iuris cogentis* e *iuris dispositivi*.
 - 7.2.4. Idêntico nível hierárquico.
 - 7.2.5. *Ius Cogens* e Ordem Pública do Direito Internacional Público.
 - 7.2.6. Inderrogável.

8. Costume e Princípios Gerais de Direito.

- 8.1. As diferentes teses.
- 8.2. Crítica.
- 8.3. Tese adotada.

Metodologias de ensino

Lecionamento das matérias de uma forma eminentemente prática, com recurso sistemático à prática internacional.

Incentivo à participação e à interação entre o docente e os discentes, bem como entre estes.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ênfase no desenvolvimento das capacidades de pesquisa autónoma.

Fomento da formação pessoal de esquemas de conhecimento e de desenvolvimento de perspectivas próprias.

Valorização da aquisição das referidas competências a confirmar na participação oral e elaboração de um relatório escrito sobre uma questão jurídica específica incluída no objeto do seminário.

Tendo presente novamente o objectivo de formação de competências práticas, privilegia-se um ensino virado para a realidade e a escolha de um tema com relevância social.

Bibliografia introdutória

Baptista, Eduardo Correia – *Direito Internacional Público*, Vol. I, Lisboa, 1998/2015.

Byers, Michael – *Custom, Power and the Power of Rules*, Cambridge, 1999.

Dumberry, Patrick – *The Formation and Identification of Rules of Customary International Law in International Investment Law*, Cambridge, 2016.

Galicki, Zdzislaw – *Hierarchy in International Law within the Context of Its Fragmentation*, em *International Law Between Universalism and Fragmentation: Festschrift in Honour of Gerhard Hafner* (ed. I. Buffard/Crawford/Pellet), 2008, págs. 41-60.

Groupe d'étude de la Commission du Droit International (Marti Koskenniemi), *Rapport: Fragmentation du Droit International: difficultés découlant de la diversification et de l'expansion du Droit International* (UN Doc. A/CN.4/L.682, 13 avril 2006).

International Law Commission – *Identification of customary international law*, 2018 (https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/1_13_2018.pdf).

Koskenniemi, Martti – *Hegemonic regimes*, em *Regime Interaction in International Law: Facing Fragmentation* (ed. M. Young), Cambridge, 2012, págs. 305-323.

Lepard, Brian – *Customary International Law: A New Theory with Practical Applications*, Cambridge, 2010.

Prost, Mario – *The Concept of Unity in Public International Law*, Oxford/Portland, 2012.

Schlütter, Birgit – *Developments in Customary International Law*, Leiden, 2010.

Staubach, Peter – *The Rule of Unwritten International Law: Customary Law, General Principles, and World Order*, London/Oxfordshire, 2017.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular unit sheet

Course of Scientific Master on Public International Law

Public International Law

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit

Eduardo Correia Baptista (eduardobaptista@fd.ul.pt) – 2 hours weekly

Learning outcomes of the curricular unit

This curricular unit aims to provide in-depth knowledge on Public International Law, as well as develop interpretive skills to solve practical issues in this area. Simultaneously, we intend to develop critical and autonomous research skills in order to prepare the students for the scientific challenges posed by the development of a dissertation. The focus is on a concrete analysis of the issues, through the study of jurisprudence and international practice, and not merely the normative prescriptions.

This year the matter will be Custom and Sources of Public International Law.

Syllabus

I

Introduction

1. Prolegomenon.
 - 1.1. Notion of Source.
 - 1.2. Article 38 of the ICJ.
 - 1.3. Equity and the Decision ex aequo et bono.
2. Hierarchy of sources.
 - 2.1. Concept of legal hierarchy.
 - 2.2. Hierarchical superiority of custom.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

II

Custom

3. Introduction.

3.1. Relevance.

3.2. The dominant notion.

3.3. Custom and customary norm.

3.4. Nature and foundation.

3.5. The interpretation of customary rules.

4. Practice.

4.1. The theory denying the necessity of practice.

4.2. Assumptions.

4.2.1. Statehood.

4.2.2. Openness.

4.3. Composition.

4.3.1. Treaty norms.

4.3.2. Unilateral acts of conferences and international organisations.

4.4. Requirements.

4.4.1. Generality.

4.4.1.1. Quantity and quality of states.

4.4.1.2. The alleged rule of the persistent objector.

4.4.2. Reiteration.

4.4.3. Consistency.

4.4.4. Interactivity and opinion iuris.

4.4.4.1. The thesis denying the opinion iuris relevance.

4.4.4.2. Critical remarks on opinion iuris.

5. Modification.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 5.1. Through development.
- 5.2. By means of the adoption of contrary collective acts.
- 5.3. By means of your violation.
6. Termination.
 - 6.1. Inapplicability of the Treaty regime.
 - 6.2. Effects of an armed conflict on International Customary Law.
7. Species.
 - 7.1. Universal and not universal.
 - 7.1.1. Regional.
 - 7.1.2. Local.
 - 7.1.3. Bilateral?
 - 7.2. Peremptory, derogable and inderogable.
 - 7.2.1. Distinctive criterion.
 - 7.2.2. Erga omnes and bilateral obligations.
 - 7.2.3. Norms iuris cogentis and iuris dispositivi.
 - 7.2.4. Identical hierarchical level.
 - 7.2.5. Ius Cogens and Public Order of Public International Law.
 - 7.2.6. Inderogable.
8. Custom and General Principles of Law.
 - 8.1. The different theses.
 - 8.2. Criticism.
 - 8.3. Thesis adopted.

Teaching methodologies (including evaluation)

The matters will be taught in an eminently practical way, with systematic recourse to international practice. Participation and interaction between teacher and students, and between them, is encouraged. There is an emphasis on the development of capacities of independent research and on the acquisition of practical knowledge. Grading will be based on oral participation in class and especially on a written report.

Main Bibliography



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Baptista, Eduardo Correia – *Direito Internacional Público*, Vol. I, Lisboa, 1998/2015.

Byers, Michael – *Custom, Power and the Power of Rules*, Cambridge, 1999.

Dumberry, Patrick – *The Formation and Identification of Rules of Customary International Law in International Investment Law*, Cambridge, 2016.

Galicki, Zdzislaw – *Hierarchy in International Law within the Context of Its Fragmentation*, em *International Law Between Universalism and Fragmentation: Festschrift in Honour of Gerhard Hafner* (ed. I. Buffard/Crawford/Pellet), 2008, pp. 41-60.

Groupe d'étude de la Commission du Droit International (Marti Koskenniemi), *Rapport: Fragmentation du Droit International: difficultés découlant de la diversification et de l'expansion du Droit International* (UN Doc. A/CN.4/L.682, 13 avril 2006).

International Law Commission – *Identification of customary international law*, 2018
(https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/1_13_2018.pdf).

Koskenniemi, Martti – *Hegemonic regimes*, in *Regime Interaction in International Law: Facing Fragmentation* (ed. M. Young), Cambridge, 2012, pp. 305-323.

Lepard, Brian – *Customary International Law: A New Theory with Practical Applications*, Cambridge, 2010.

Prost, Mario – *The Concept of Unity in Public International Law*, Oxford/Portland, 2012.

Schlütter, Birgit – *Developments in Customary International Law*, Leiden, 2010.

Staubach, Peter – *The Rule of Unwritten International Law: Customary Law, General Principles, and World Order*, London/Oxfordshire, 2017.